

“AS RUÍNAS CRESCEM NA TERRA QUENTE DO FUTURO” MANUEL GUSMÃO E O TEMPO HISTÓRICO

João Valente Aguiar

I – A (necessidade da) problematização das artes e, especificamente, da literatura pela Sociologia

A relação da Sociologia com o mundo das artes sempre foi pautada por suspeitas mútuas. De um lado, o receio do sociologismo hiper-racionalizante e que abafa o papel criativo do indivíduo. De outro lado, a ideologia simétrica do “dom” do artista de tudo capaz e de plenamente responsável pela qualidade estética da sua obra. Mas não se trata apenas de, num registo igualmente nebuloso, buscar encontrar um meio-termo eclético. Para o que mais interessa para este texto, chamarei a atenção para os possíveis contributos das artes para a Sociologia, no caso em apreço, a concepção de tempo histórico na obra poética de Manuel Gusmão¹ (em diálogo com o seu livro de ensaios “Uma Razão Dialógica”).

Sem entrar em muitas tergiversações sobre a escolha do tema de estudo, reitero novamente a desconfiança com que a generalidade da Sociologia tem perspectivado o universo artístico. De facto, a generalidade dos sociólogos têm-se afirmado como excelentes etnógrafos, brilhantes metodólogos, competentes analistas de doses maciças e complexas de informação. Porém, o conhecimento da economia afigura-se quase sempre como muito pobre, a debilidade no conhecimento da historiografia é igualmente débil e a produção artística tem passado quase sempre ao lado dos seus objectos de estudo. Objectos de estudo que têm correspondido a recortes minuciosos de micro-tecidos da sociedade e recorrentemente analisados em sede de marcado particularismo. Por conseguinte,

¹ Manuel Gusmão (Évora, Portugal, 1945) é um dos poetas portugueses mais lidos e premiados do período pós-25 de Abril de 1974. Professor aposentado da Universidade de Lisboa, leccionou nas áreas de Literatura Portuguesa, Literatura Francesa e Teoria da Literatura, e foi um dos fundadores da Associação Portuguesa de Literatura Comparada. Do extenso rol de prémios recebidos destacam-se o Prémio Pen Club Português de Poesia (1997), o Grande Prémio APE de Poesia (2002), o Prémio D. Diniz (2005) ou o Grande Prémio APE de Ensaio (2011).

a tecnicização e hiper-especialização do conhecimento em Ciências Sociais partilha foros de preocupante transformação das suas disciplinas científicas consolidadas em meras aplicações técnicas.

Nesse sentido, o contributo da literatura poética de Manuel Gusmão – um possível exemplo dentre outros, mas que me parece significativo – afigura-se como um desafio por dois motivos centrais. Em primeiro lugar, porque o desafio de incorporar uma análise de uma dimensão poética para o seio de uma disciplina científica que a Sociologia pode parecer o ressurgir de uma moda pós-modernista, o que não é de todo a minha intenção. E em segundo lugar, na medida em que se trata de percorrer um terreno considerado, do meu ponto de vista erradamente, como árido, hermético e até a-histórico. Como se poderá visualizar pela leitura deste texto, a relevância do conceito (chamemos-lhe assim por uma conveniência discursiva) de tempo histórico relaciona-se fortemente com uma conexão que se pretende mais densa entre os estudos presentes da Sociologia tendo em conta o seu património passado e as perspectivas de possíveis que se abrem em todos os fenómenos sociais e que, grande parte dos meus estimados colegas, tendem muitas vezes a “deslembrar”. Essa abertura temporal que a poesia Gusmaniana abre à perspectiva sociológica pode ser acusada de um certo utopismo ou, num outro registo, de um retorno a certas asserções “ideológicas” ou “teleológicas”. Relembro apenas que a poesia de Manuel Gusmão não se enquadra no que Engels uma vez qualificou de “Tendenz-Literature”, ou seja, aquela literatura panfletária e quase sem mediação formal. A esse propósito poder-se-á reproduzir a leitura de Edmund Wilson e de Engels, citados pelo ensaísta português Eugénio Lisboa, acerca da importância da renovação estética como força motriz da exposição de facetas da complexidade do real social e histórico.

Edmund Wilson recorda, quase com perfídia (salutar), que Engels “avisava sempre os romancistas socialistas contra os perigos da *Tendenz-Literatur*” e que, ao escrever à romancista Minna Kautsky, acerca de um dos seus romances, lhe dizia que o herói e a heroína “ficaram dissolvidos nos princípios políticos que representavam”. E citava a passagem célebre da carta de Engels:

(...) você, evidentemente, sentiu a necessidade de tomar publicamente partido, neste livro, de proclamar ao mundo as suas opiniões... Mas eu acredito que essa tendência deveria emergir naturalmente da própria situação e da própria acção, sem ser explicitamente formulada, e que o poeta não tem a obrigação de fornecer ao leitor a solução histórica pré-fabricada para o futuro do conflito que descreve” (Engels in Lisboa, 2009:

334).

De facto, tentarei com esta breve digressão pela obra de Manuel Gusmão apresentar uma via possível para se pensar a temporalidade histórica em alguns dos seus desdobramentos, tendo em conta a obsessão que a generalidade da produção técnico-científica tem tido com o imediato e com o “retalho” isolado do universal.

II - Uma primeira breve convocação de sentidos no verso «*as ruínas crescem na terra quente do futuro*»² (Gusmão, 1996: 41)

Uma leitura mais literal deste verso leva-me a pensar em dois desdobramentos possíveis (mais para o final do texto voltarei a acrescentar mais dois). Num primeiro momento, a *acumulação de presente no futuro*. Neste primeiro desdobramento as ruínas, ou o que hoje consideramos como ruínas – pedaços cristalizados e sobreviventes do passado – vão-se atulhando ao longo do carril temporal. Num segundo desdobramento, considero outra leitura literal o facto de o *presente* se apresentar *como passado no futuro*. Quer dizer, o que hoje vivemos será inquestionavelmente um escombros de história no futuro, uma ruína, alimentando dessa forma a voragem do tempo contínuo. Estes dois desdobramentos referem-se sobretudo a uma noção de tempo como um continuum, o que é apenas uma faceta – e secundária – na concepção multidimensional de tempo histórico em Manuel Gusmão. Ao jeito de guisa introdutória sobre o tema não podia deixar de assinalar esta noção mais óbvia sobre o tempo. Antes de voltar a este tópico farei uma breve reflexão sobre a forma como Gusmão objectiva o trabalho incessante de criação poética no seu corpus textual. Como procurarei mostrar, será de uma concepção da *escrita como simultâneo exercício de leitura e de labor/trabalho poético* que nas secções seguintes se poderá apresentar e desenvolver o eixo fundamental do tempo histórico: a encruzilhada de possíveis como *construção* do(s) humano(s).

² Como forma de dar maior visibilidade e, portanto, legibilidade à poética analisada resolvi colocar todas as citações da poesia de Gusmão em itálico.

III – O trabalho incessante de criação poética pelo escritor-leitor (e, subsidiariamente, pelo leitor-escritor)

Logo no seu primeiro livro de poesia Gusmão aborda com particular ênfase o processo de construção poética.

trabalham os martelos por dentro da página
que oscila fazem
como uma insurreição surda e longínqua
para lá do mar para cá do mar. (Gusmão, [1990]2005: 62)

Repare-se na forma verbal “trabalham” e no substantivo “martelos” como a actividade e os instrumentos fundamentais de produção poética “por dentro da página”, quer dizer, a imanência da escrita, o seu fulcro nuclear tendo como base um acto prático de produção de matéria poética. O resultado desse processo laborioso (simultaneamente laboral, minucioso e criativo) seria, assim, “uma insurreição surda e longínqua/ para lá do mar para cá do mar”. Existe, portanto, uma dobra representada por esse trabalho silencioso e quase oficial da poesia, a dobra entre a visualização do horizonte poético que se constitui “para lá do mar” e a vida mundana “para cá do mar” da qual a própria poesia não se pode apartar. No segundo verso, o verbo “oscila” remete precisamente para esse carácter conscientemente pendular entre duas dimensões de um mesmo universo. Daí que Gusmão nos interpele no início do mesmo livro que “é como se tivesse sido necessário perder a poesia para achar a poesia” (Gusmão, [1990]2005: 22). O mesmo é dizer que o processo de escrita, em si mesmo, implica uma pendularidade entre o jogo poético propriamente dito e reenvios sucessivos para outras dimensões – aquém e além de si – como um caminho de regresso ao próprio trabalho poético.

Este processo de reenvio e pendularidade compreende o real como uma superfície inscrita pela e na palavra.

(...) esta é a mesma e outra história; o que
se transforma não cessa
de ser escrito (Gusmão, [1990]2005: 37)

O real é escrito, é um texto, tanto como o texto é real e histórico. O real material, “o que/ se transforma”, não dispensa uma dimensão de escrita significacional de si mesmo. A sua própria constituição enquanto tal coaduna-se com a ininterrupta produção de sentido por intermédio da escrita. Porém, se o real é escrito ele só o é na exacta medida em que é lido pelos seus elementos

constituintes: os humanos que escrevem e não deixam de ler esse mesmo real material. Ora, o (f)acto de escrever implicar leitura só é viável se couber um lugar activo e igualmente prático ao leitor: “O leitor voa letra a letra, do tempo para o tempo” (Gusmão, [1990]2005: 39). Isto significa que, nas palavras de Gusmão,

O leitor põe-se a escrever. Escreve para ti – coisa terrível; como se pode? Aceitemos mesmo que este saber se partilha e que o leitor avance. Já antes era assim que o leitor era: escrevia (Gusmão, [1990]2005: 49).

Sendo a leitura subsidiária da escrita – na medida em que lemos por cima de um texto já existente – o mesmo é dizer que a leitura se torna escrita no momento em que reenvia para si e para o outro uma renovada textualidade. Renovada textualidade decorrente de leitura prévia, movimento para que “o leitor avance”. Esse processo de digestão do texto pelo leitor – e aqui o leitor tanto pode ser o poeta que lê outros textos (literários ou o mundo enquanto textualidade) como o consumidor de textos – mais do que uma actividade receptiva expõe-se como um fazer(-se) criativo.

O leitor escrevendo sabe que alguma coisa o risca como ele risca as frases por cima das quais escreve, que alguma coisa lhe embarga o nome, a voz, o corpo, o desejo, e que só enlouquecendo numa única letra, a tua, é que tudo pode entretanto irromper. Lê:»
(Gusmão, [1990]2005: 51)

Partindo do “leitor escrevendo”, isto é, do leitor como um artífice da palavra por via da produção contínua de texto em sede de representação mental, sucede uma comoção sensorial – “alguma coisa lhe embarga o nome, a voz, o corpo, o desejo” –, fechando-se o percurso no diálogo que o leitor enforma com o outro, na sua “única letra, a tua, é que tudo pode entretanto irromper”. Assim, a iluminação da palavra pelo leitor consubstancia-se na interacção entre o ponto de partida e o ponto de chegada. Interacção essa que se projecta em novas interacções entre o texto, o leitor-escriptor (ou o escritor-leitor, para este caso é irrelevante a ordem) e o outro dialogante. Em suma, “de alguma maneira o leitor escreve para que seja possível” (Gusmão, [1990]2005: 51), arrisco-me a dizer, “para que seja possível” o texto e o outro. E, por inerência, o eu. E é desta constante plasticidade de reenvios mediados pelo texto que se constitui a dialéctica da alterização e da identificação (Gusmão, 2011: 139). Num dos seus ensaios, Gusmão lembra, a propósito da tese da morte de autor veiculada por Barthes, que desse jogo triangular entre o eu, o outro e o texto se “abre a possibilidade de ler a disseminação na escrita de diferentes

posições-de-sujeito” (Gusmão, 2011: 139), abrindo-se portas à historicidade da poesia. Estando a historicidade inscrita no acto criativo e triangular da produção de sentido poético, isso significa que essa mesma historicidade se configura como um espaço aberto de possíveis, interligando o património de práticas passadas e presentes e a projecção provável de práticas no futuro. O devir figura na poesia de Gusmão em escopo de produção individual e colectiva (porque interaccional).

IV – A falta do futuro

No livro de ensaios “Uma razão dialógica” Manuel Gusmão interpela o leitor sobre o que considera a importância ontológica de um «desejo de futuro», como estratégia teórica e vector político de superação do congelamento do presente, processo este vivificado e ampliado no mundo hegemónico pela mercadoria:

(...)de há uns tempos para cá, vozes muito dissemelhantes parecem insinuar se não explicitamente afirmar que não há futuro para ninguém ou que vivemos tempos em que ninguém se arrisca a qualquer gesto de protensão ou actividade de prognose. Conheceríamos uma era em que teríamos já desistido ou teríamos de desistir de tentar imaginar ou desejar um rosto para o futuro. Esta situação dever-se-ia a um medo que inibe a própria imaginação e de que padeceríamos para além de todo e qualquer pessimismo individual e grupal.

É contudo, se não houver futuro, se não tivermos futuro, seremos, como dizia o outro, “cadáveres adiados que procriam”. Porque aquele medo se torna uma patologia do desejo, uma tão brutal antecipação simbólica da morte que inibiria todo o imaginário, amputaria a capacidade de simbolização e tornaria toda a esperança uma ilusão ou um produto do sono da razão. Ora nós precisamos do futuro como do ar que respiramos (Gusmão, 2011: 370).

Muito sucintamente, se é *no* presente que a trama de acontecimentos e mundividências se desenrolam, é *do* (trabalho sobre o) presente que a humanidade pode transpor os marcos mais imediatos e condicionadores do seu viver. Em “Mapas o assombro a sombra”, esta temática encontra-se profusamente abordada, evidenciando-se, deste modo, a contaminação de planícies conceptuais nos dois registos.

A mulher sofrendo no canto que dor futura?
Não é sabendo como acabou que podemos começar
a contar a história, mas quando nos faz falta

o futuro; quando temos debaixo da língua a falta
do futuro (Gusmão, 1996: 56).

A expressão “falta do futuro” é repetida duas vezes, reforçando a noção de uma necessidade do futuro. Para tentar ser mais preciso, o futuro objectiva-se na poesia de Gusmão não somente como uma necessidade conforme escrevi na frase anterior, mas como uma “falta”. Ou seja, como uma privação que nos marca até ao fundo do nosso ser, mas da qual ainda não tomamos plena consciência, “quando temos debaixo da língua” essa mesma “falta do futuro”. Gostaria ainda de frisar para a forma como Manuel Gusmão concebe o futuro. Se repararmos na primeira estrofe, a importância do futuro não depende do final de uma narrativa mas do facto de este ser um espaço (esperado) a construir. Por um lado, isso revela que a história não tem um fim (pré-)determinado. Por outro lado, essa abertura ao futuro possível joga-se no plano da construção humana a partir da privação de uma mundivisão mobilizadora e alternativa. Ou de alternativas. É nesse cambiante que, na linha da poesia de Manuel Gusmão, considero o futuro como um espaço e menos como um tempo. Naturalmente, o futuro é uma temporalidade. Mas ela só o é em termos figuracionais nunca vividos. Ora, enquanto espacialidade o futuro incorpora um vector dinâmico e processual transformando-se num eixo de práticas no presente, a partir das contradições do actualmente existente rumo a uma nova espacialidade de práticas sociais entre os humanos. Com efeito, não há um sentido unívoco para a história, mas não há história sem futuro. Creio que é também esse o sentido da passagem de “o futuro” para a segunda estrofe. Sendo uma continuação lógica do verso anterior, “quando nos faz falta”, “o futuro” é assim o que está no presente como possibilidade real de construção numa outra espacialidade (e numa nova temporalidade).

No épico “Sextina Coral Tripla” do mesmo volume de poemas, Gusmão constrói toda uma geografia da temporalidade do tempo histórico. Uma geografia temporal – roubo (e transformo) esta expressão ao título de “Teatros do tempo” – onde se cruza a voz dos mortos oprimidos, da opressão da “economia de mercado” e o devir histórico do “comunismo”. Uma geografia temporal onde toda uma ontologia da processualidade histórica encarna o corpo poético desta composição. Não pretendo escarpelizar essa ontologia, apenas inserir alguns dos seus elementos no fio condutor deste texto.

Este pinhal é o espelho da noite que é o espelho do pinhal.
Nesta sala de espelhos ele ouve a ária da Rainha da Noite
mas ouve também o comboio que sem condutor a incendeia,
o nome do proletariado fendido pela esperança e pela morte
(Gusmão, 1996: 62)

Sublinho apenas o cruzamento (quase cinematográfico) de planos, o “pinhal”, a “noite”, a “sala de espelhos” a partir dos quais irrompe o “comboio” da história. Um “comboio que sem condutor” consubstancia um agente colectivo sem um fim, ou se se preferir, em que o seu “fim” é o labor incessante de fundação de uma nova espacialidade. Um agente colectivo, o “proletariado”, mobilizado, de um lado, pela “esperança” – a (representação mental) da nova espacialidade a construir, ou como vem expresso no mesmo poema “a necessidade do futuro ausente” (Gusmão, 1996) – e, de outro lado, pela “morte” – o cemitério de vítimas que nunca desistiram de se agregar e manifestar política e socialmente pela construção dessa espacialidade outra. O proletariado, classe social que carrega aos ombros os mortos e os oprimidos do passado e que vai sulcando o seu futuro (sempre em aberto).

Nesse sentido, abre-se a este sujeito colectivo a importância de “ouvir os companheiros futuros, por entre as imagens que apodrecem” (Gusmão, 1996: 63). Mais uma vez, o passado que irrompe no presente e o futuro que mobiliza e arrasta o ser colectivo para diante. Por conseguinte, o apelo pungente

Contra a enorme cegueira do ódio, contra o opressivo barulho e estúpido da “economia de mercado”, canta; (...) (Gusmão, 1996: 66).

Essa necessidade de futuro, ou para recordar a formulação inicial, a “falta” de futuro desagua no confronto com o eixo estruturante das sociedades contemporâneas, no confronto com/contra o capitalismo. Da negação do presente agrilhado pelo mercado, Gusmão parte para a enunciação da positividade alternativa a construir humanamente: o comunismo.

dá-me a extrema possibilidade da manhã, da morte envolvida
pela manhã, da manhã atirada contra os espelhos da manhã;
dá-me : canta a contingência do comunismo que vem

intraduzível (Gusmão, 1996: 66)

Mais uma vez, o salto, chamemos-lhe assim, do traço definidor para a estrófe seguinte funciona como uma propriedade formal de multiplicação de sentidos, ao mesmo tempo que enfatiza a “contingência” do futuro em aberto: o “comunismo que vem // intraduzível”.

Manuel Gusmão situa-se no quadro do marxismo clássico. Contudo, penso que o mérito do autor não passa por enunciar princípios e conceitos caros a essa tradição mas de os municiar de um modo criativo, e isto tanto do ponto de vista

ontológico como do ponto de vista poético. Nesta última vertente é inquestionável o labor textual do autor, impossibilitando qualquer colagem a uma arte panfletária. Por exemplo, parte substancial da discussão política neste excerto opera-se por via metafórica e não directa ou puramente plasmada na folha de papel. A “manhã” expressa o eixo espaço-temporal desejado pois ela é “atirada contra os espelhos da manhã”, portanto, contra os operadores simbólico-ideológicos que reflectindo a realidade límpida da manhã – a “extrema possibilidade” de actuação do humano e pela qual importa envolver o ser pela sua prossecução – promovem uma refacção da sua substantividade. Espelhos onde a manhã pode ser visualizada mas não vivida como prática. Espelhos onde a manhã é visualizada mas num registo deformado.

O mesmo tópico ontológico-político é visível em “Lisboa, 2 de Janeiro de 1950”, um dos poemas da terceira secção de “Teatros do tempo”. Sendo a temática relativamente aproximada não me deterei tanto tempo neste poema. Retomo o papel insubstituível da mediação poética *da e pela* palavra em Manuel Gusmão, para dar conta desse processo estético-formal que lhe permite avançar com as suas propostas ontológico-políticas num registo enriquecedor e descolado da mera proposição panfletária ou, num plano distinto, de um realismo contundente como o que impera, entre outros, no maior poeta português neo-realista, Manuel da Fonseca³. Assim, num poema fundamentalmente atravessado pelos caminhos das vítimas da repressão salazarista, é inegável o depuramento da linguagem e o correlativo carácter metafórico-simbólico da mesma.

O seu grito
alucinava o silêncio, o incêndio da noite
a caminho do sol com aquele corpo dentro

³ A dimensão do panfletário refere-se a dois domínios da crítica literária. Primeiro, à arte que vê a forma como uma dimensão meramente instrumental/funcional para a passagem de um conteúdo político. Segundo, boa parte desta mesma noção parte de um pré-conceito sobre a arte denunciadora de situações de injustiça social e só por esse facto, muitas das vezes acaba por concluir taxativamente, portanto sem uma reflexão apurada (e depurada), que estaria perante somente apelos panfletários. Isto leva-me para a justificação do exemplo de Manuel da Fonseca (poderia citar alguns outros) como realismo contundente. Em Manuel da Fonseca encontramos uma poesia fortemente alicerçada na vida quotidiana do operariado agrícola alentejano e nas suas lutas contra a ditadura fascista do Estado Novo. Todavia, uma análise atenta da sua poesia verifica que em simultâneo com o seu conteúdo contestatário e rico na descrição das mundividências das aldeias alentejanas, existe um cuidado formal e estético inegável. Em suma, a redução da análise da poesia de Manuel da Fonseca ao nível do seu posicionamento político mais evidente não pode obscurecer o trabalho formal que lhe subjaz. Neste sentido, o realismo de Manuel da Fonseca é paradoxalmente contundente desde a denúncia das desigualdades sociais e da repressão política no Alentejo até, num outro âmbito, à sobreposição de sentidos que, a olhares mais distraídos ou propensos a tomar o mais imediatamente apreensível pelo todo, redundou no “esquecimento” do tratamento analítico da forma.

ardendo ardendo até ao branco.

Sob as tempestades de neve nós continuamos
sobre a neve o rastro que arde» (Gusmão, 2001: 128).

V – A dilatação do tempo disruptivo

Da leitura breve que tenho feito da obra poética de Manuel Gusmão não tenho dúvidas em afirmar que o presente é construído como uma encruzilhada de possíveis. O próprio autor elucida este aspecto na sua obra ensaística.

A “história” não é simplesmente o (estudo do) passado. Nem uma nem a outra. Também o presente é histórico. E a operação historiográfica, a escrita da história, realiza-se sempre num determinado presente, contingência ou conjuntura histórica: numa dada estruturalidade discursiva e epistémica; e num dado quadro de relações de força, sociais e simbólicas (nomeadamente, ideológicas) (Gusmão, 2011: 116).

De facto, Gusmão não apenas rompe com uma concepção de senso comum sempre lesta a atribuir o lugar da historiografia e da história no passado⁴. Gusmão chama a atenção para «a finitude e a abertura que caracterizam o histórico», a saber:

testemunho da mortalidade, que Benjamin figura pela acumulação de ruínas; simultaneidade que constela temporalidades ou velocidades diferentes; diversidade conflitual dos possíveis; experiência da perplexidade e da indecidibilidade e, nisso mesmo, tempo da decisão tão necessária (e por vezes tão inadiável) quanto precária e revogável» (Gusmão, 2011: 118).

Ora, o presente histórico não está aberto equitativamente a todas as possibilidades que se lhe apresentam. Na verdade, o presente forma-se a partir do que o autor designa eficazmente como uma “abertura tensa do contemporâneo” (Gusmão, 2011: 118). Na minha óptica, isto implica contemplar o peso de cada uma das tendências sociais, políticas e económicas em confronto num determinado momento histórico e a interacção mais ou menos friccional, mais

⁴ Lembre-se a célebre crítica de Marx à concepção histórico-historiográfica de David Ricardo, «os economistas têm uma maneira singular de proceder. Não há, para eles, senão duas espécies de instituições: as da arte, e as da Natureza. As instituições da feudalidade são instituições artificiais, as da burguesia são instituições naturais. Eles assemelham-se nisto aos teólogos, que também eles, estabelecem duas espécies de religiões. Toda a religião que não é a deles é uma invenção dos homens, enquanto a sua religião é uma emanção de Deus. Ao dizerem que as relações actuais – as relações de produção burguesa – são naturais, os economistas dão a entender que se trata de relações nas quais a riqueza se cria, e as forças produtivas se desenvolvem em conformidade com as leis da Natureza. Portanto, essas relações são elas próprias leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem reger sempre a sociedade. Assim, houve história, mas já não há mais» (Marx, 1965 [1847]: 88-89) [Tradução de José Barata-Moura para português]. Concepção aqui criticada por Marx e que ainda hoje representa sintomaticamente grande parte dos discursos actualmente dominantes sobre o tempo e sobre a história.

ou menos antagónica, consoante os casos, com que essas mesmas tendências multidimensionais podem projectar na “praia temporal” (Gusmão, 2011: 128) em questão.

Este carácter *relativamente* aberto, sublinho propositadamente o advérbio para dar conta do desnivelamento de oportunidades e de probabilidades⁵ de concretização, é visível no verso “a perfeição das coisas: o mundo inacabado” (Gusmão, 2001: 38). Aparente contradição para um leitor mais desprevenido, Manuel Gusmão joga poeticamente com este suposto antagonismo de perspectivas para, na realidade, interligar ambas asserções: “a perfeição das coisas” e “o mundo inacabado”. O espaçamento propositado entre a primeira asserção e os dois pontos “:” e entre o natural espaçamento entre estes e a seguinte asserção pode ilustrar o carácter mediador da linguagem poética na ligação entre as duas orações. Com efeito, a centralidade frásica conferida aos dois pontos interliga os dois cambiantes – em que “a perfeição das coisas” está no incessante e ininterrupto acto de criação do humano e do sócio-histórico pelo humano – e, paralelamente, realça a já mencionada abertura de possíveis e onde a linguagem poética revela uma dimensão relevante.

No capítulo do papel preponderante que a agência humana desempenha na constituição da temporalidade histórica, relembro apenas uma passagem que me parece oferecer ressonâncias com o célebre aforismo brechtiano: «do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas às margens que o comprimem» (Brecht).

(...) como se
o rio consigo
levasse as margens (Gusmão, 2001: 39)

Gusmão retoma a formulação do poeta e dramaturgo alemão e dá-lhe, a meu ver, uma conotação complementar. Se Brecht se concentra no papel das “margens” para o condicionamento do “rio”, da corrente humana que vai produzindo história, Manuel Gusmão acrescenta-lhe um toque de tempestade, na medida em que aqui o “rio” arrasta “as margens”. Ou melhor, Gusmão retoma o escrito de Brecht para lhe captar uma dobra e, assim, dar conta do outro lado do

⁵ Onde a probabilidade histórica nunca se joga de modo mecânico como no âmbito da Matemática; em história, na história levada a cabo pelos diferenciados agentes sociais, a probabilidade de um acontecimento ou de uma tendência imanente a um fenómeno sócio-histórico nunca é 0 nem tampouco 1. Nada está garantido à partida. Nem à chegada, relembre-se...

texto. Por outras palavras, a possibilidade histórica da movimentação colectiva humana - possibilidade bem patente no condicional “se” - concretiza-se ou concretizar-se-á pelo arrastamento das margens. A abertura do presente a um futuro descongelado do imediato arrastará consigo as margens e as barreiras que, entretanto, no presente, limitam a acção colectiva dos oprimidos.

Porém, a construção de uma espacialidade futura emancipada do capitalismo de que Gusmão nos fala, não pode ser equacionada em termos de uma mera destruição. De facto, o mundo como construção humana e histórica não decorre de actos de destruição, mas resulta na elaboração de novos desafios e de uma espacialidade social e relacional, em termos macro e micro.

Metamorfose e incêndio: a doce
transformação do mundo. Subir ao nascimento: inventar:
A via láctea. A terra fluvial da manhã. E tudo recomeça:
O anel de água, o delta da vénus incessante, as aves (Gusmão,
2001:103)

“A doce/ transformação do mundo” resume perfeitamente essa noção derivada da coexistência entre “metamorfose” e “incêndio”, entre o movimento de mudança social e a combustão inerente a esse mesmo processo. Transformação do mundo accionada pelo interruptor da história, à boa maneira benjaminiana:

(...) o interruptor:
o que interrompe e fecha é o que abre e acende» (Gusmão, 2001:
129)

A lógica da interrupção irrompe de um passado anódino e sereno na superfície dos acontecimentos. O interruptor como instrumento de reviravolta histórica, a suspensão inesperada do tempo congelado. As figuras do “comboio” (vd. Supra - análise do poema “Sextina Coral Tripla”) e do “interruptor” como identificações de uma processualidade disruptiva derivada de uma prévia encruzilhada de possíveis, produzida pelo labor humano dos oprimidos, criadora de novas coordenadas sociais e históricas.

VI - Regresso sumário ao verso “as ruínas crescem na terra quente do futuro”

Para além dos dois desdobramentos já avançados anteriormente, posso agora apresentar outros dois que em boa medida condensam a reflexão desenvolvida. Assim temos: 1) o *passado como futuro presente* e; 2) o *futuro como*

presente do passado. No caso do primeiro desdobramento realço a lógica irruptora e disruptiva do passado enquanto uma reactualização das lutas e mobilizações pretéritas.

Venho de lá até aqui. E não cesso. Não repouso. Não posso.
Trago muitos nomes comigo e são poucos e ninguém contudo
sabe dizê-los todos (Gusmão, 1996: 64)

“Trago muitos nomes comigo”, os nomes dos desafiadores de encruzilhadas no passado. Ou como já José Gomes Ferreira afirmava, «até os mortos vão ao nosso lado».

No que diz respeito ao segundo desdobramento, o passado existe através do que vemos do presente, mas sobretudo esse passado teve um futuro que o dinamizou e mobilizou rumo a um determinado presente. Nesse sentido, visualiza-se o papel alavancador do futuro relativamente a qualquer encruzilhada de possíveis.

Coda

A concepção aqui exposta de tempo histórico não é uma teleologia, mas um entrecruzamento de tendências *cumulativas* de património, de *labor* humano sobre o real e de *possibilidades* abertas à “terra quente do futuro”.

Bibliografia

GUSMÃO, M. *Uma razão dialógica*. Ensaios sobre literatura, a sua experiência do humano e a sua teoria. Lisboa: Edições Avante, 2011.

— . (1990) *dois sóis, a rosa a arquitetura do mundo*. 2.ed. Lisboa: Caminho, 2005.

— . *Teatros do tempo*. 2.ed. Lisboa: Caminho, 2001.

— . *Mapas o assombro a sombra*. Lisboa: Caminho, 1996.

MARX, K. (1847) *Misère de la Philosophie*. Réponse à la Philosophie de la Misère de M. Proudhon. Paris: Gallimard., 1965.